

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2013 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. – SICOOB CECREMEF, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 17 de março de 2013 o SICOOB CECREMEF completou 52 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2013, o SICOOB CECREMEF obteve um resultado de R\$ 1.045.090 representando um retorno anual sobre o Patrimônio Líquido de 2,23%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 189.650.752. Por sua vez, a carteira de crédito representava R\$ 90.540.111, e encontrava-se assim distribuída:

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2013 o percentual de 2,94% da carteira, no montante de R\$ 2.659.466.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 233.252.101 apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 17,37%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 8.416.929	3,61%
Depósitos a Prazo	R\$ 224.835.173	96,39%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2013 o percentual de 19,26% da captação, no montante de R\$ 43.372.986.

5. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do SICOOB CECREMEF em 12/2013 é de R\$ 46.822.775. O quadro de associados era composto por 9.637 cooperados, havendo um acréscimo de 1,46% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do *rating* (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A cooperativa não passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB CENTRAL RIO, em função da peculiaridade da cobrança do capital contínuo. Utiliza cobrança própria formada por um setor específico desenvolvido por uma assessoria contratada.

O SICOOB CECREMEF adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 98,62% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir

e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A Cooperativa dispõe da equipe de Controles Internos do SICOOB CENTRAL RIO, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento do Conselho Fiscal e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados, estagiários e jovens aprendizes dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito na AGO de 2013, com mandato até a AGO de 2016, o Conselho Fiscal tem função complementar à Diretoria Executiva. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2013, todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL RIO, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. aderiram, em 2012, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associ-

ados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2013, a Ouvidoria do SICOOB CECREMEF registrou 14 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 14 reclamações, 10 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.
Rio de Janeiro, RJ, 12 de março de 2014.

Francisco Carlos Bezerra da Silva
Presidente

Marcos Machado de Almeida
Diretor de Administração

Geórgia Gurgel Grosses Araújo
Diretora Auxiliar

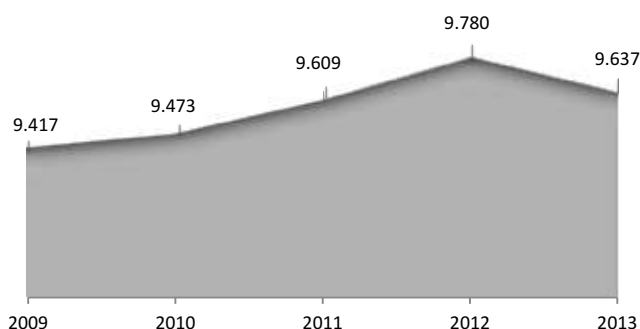
José Nivaldo Góes
Diretor Financeiro

Teresinha Alves Teixeira
Diretora Social

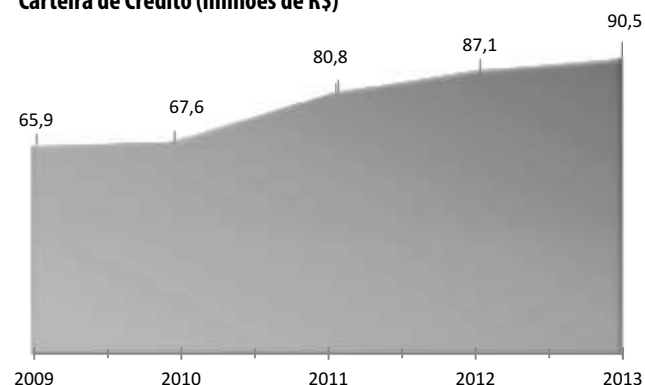
Pedro Alves
Diretor Suplente

INDICADORES

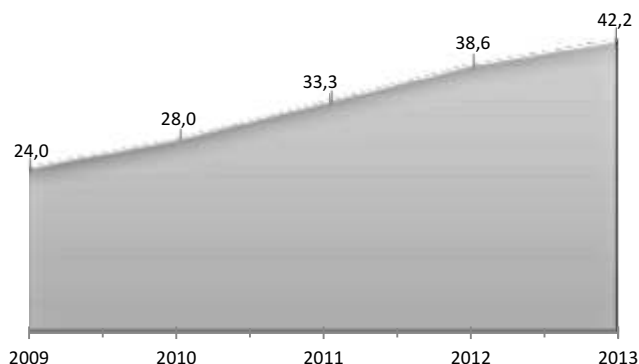
Quadro Social



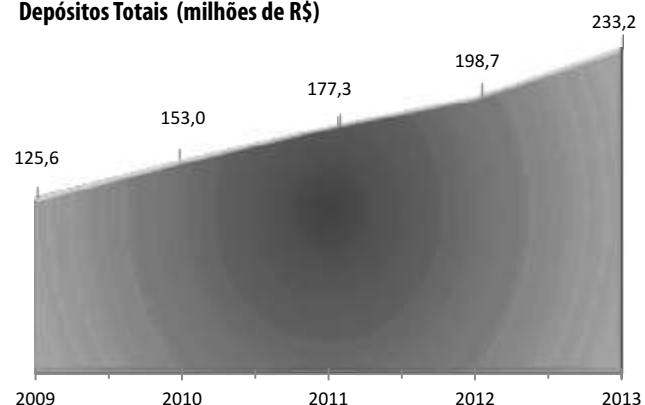
Carteira de Crédito (milhões de R\$)



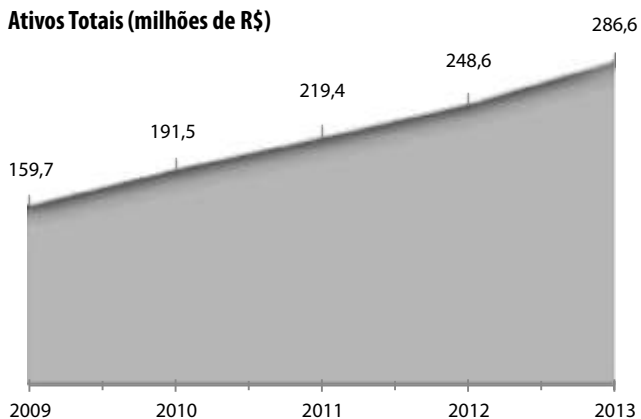
Capital Social (milhões de R\$)



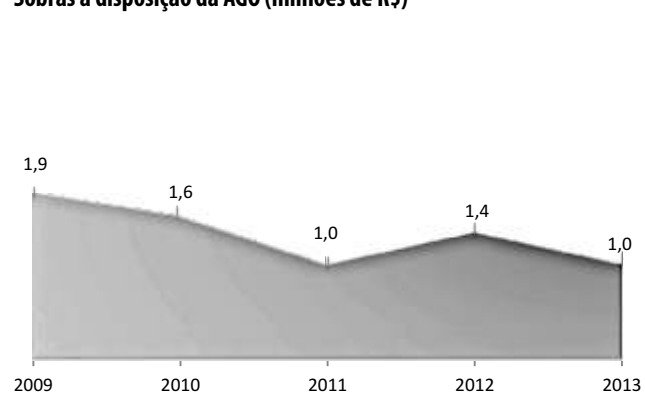
Depósitos Totais (milhões de R\$)



Ativos Totais (milhões de R\$)



Sobras à disposição da AGO (milhões de R\$)



**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas
do Sistema Eletrobras Ltda - Sicoob Cecremef – CNPJ/MF nº 33.370.115/0001-27**

BALANÇO PATRIMONIAL

Em Reais

ATIVO	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTE	220.695.386	184.558.667
DISPONIBILIDADES	239.051	327.687
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 04)	189.650.752	154.365.601
Centralização Financeira - Cooperativas	189.650.752	154.365.601
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	30.151.191	29.046.759
Operações de Crédito (Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	31.382.383 (1.231.192)	30.009.992 (963.233)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 06)	625.891	783.787
Rendas a Receber	5.225	4.696
Diversos	620.666	779.091
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	28.501	34.833
Outros Valores e Bens		8.498
Despesas Antecipadas	28.501	26.335
NÃO CIRCULANTE	65.896.821	64.063.439
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	59.157.728	57.164.886
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	59.157.728	57.164.886
Operações de Crédito PERMANENTE (NOTA 08)	59.157.728 6.739.093	57.164.886 6.898.553
INVESTIMENTOS (NOTA 08a)	4.537.310	4.537.310
Outros Investimentos	4.537.310	4.537.310
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 08b)	2.012.733	2.115.742
Imóveis de Uso	531.458	531.458
Outras Imobilizações de Uso	1.553.586	1.600.155
Reavaliações de Imóveis de Uso (Depreciação acumulada)	939.992 (1.012.303)	939.992 (955.863)
INTANGÍVEL (NOTA 08d)	113.366	129.378
Outros Ativos Intangíveis (Amortização acumulada)	704.138 (590.772)	664.214 (534.836)
DIFERIDO (NOTA 08c)	75.684	116.123
Gastos de Organiz.E Expansão (Amortização acumulada)	485.481 (409.797)	485.481 (369.358)
TOTAL DO ATIVO	286.592.207	248.622.106
PASSIVO	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTE	238.170.692	203.049.627
DEPÓSITOS (NOTA 09)	233.252.102	198.726.740
Depósitos à Vista	8.416.929	5.982.509
Depósitos a Prazo	224.835.173	192.744.231
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.918.590	4.322.887
Cobrança e Arrecadação de Tributos Sociais e Estatutárias (NOTA 10)	3.678 1.446.612	3.991 1.459.070
Fiscais e Previdenciárias	511.944	671.654
Diversas (NOTA 11)	2.956.356	2.188.172
NÃO CIRCULANTE	1.598.740	1.573.578
PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	1.598.740	1.573.578
Provisões P/Riscos Fiscais e Trabalhistas (NOTA 12)	1.598.740	1.573.578
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46.822.775	43.998.901
CAPITAL SOCIAL (NOTA 14)	42.277.164	38.616.810
De Domiciliados no País (Capital a Realizar) (NOTA 14a)	42.347.565 (70.401)	38.624.552 (7.742)
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	794.469	817.968
Reservas de Reavaliação	794.469	817.968
RESERVAS DE LUCROS (NOTA 14c)	2.706.052	2.514.664
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS (NOTA 14d)	1.045.090	2.049.459
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	286.592.207	248.622.106

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**BALANÇO PATRIMONIAL – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – NOTAS EXPLICATIVAS
PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE – PARECER DO CONSELHO FISCAL**

2013

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Em Reais

Descrição das contas	2º SEMESTRE DE 2013	2013	2012
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.222.289	20.621.110	23.547.697
Operações de Crédito	10.222.289	20.621.110	20.548.657
Resultado de Operações com Tit.e valores Mobil.e Instr.Financeiros	-	-	2.999.040
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(9.570.113)	(16.769.127)	(14.991.994)
Operações de Captação no Mercado	(9.508.795)	(16.196.131)	(15.080.927)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(61.318)	(572.996)	88.933
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	652.176	3.851.983	8.555.703
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DES. OPERACIONAIS	519.334	(1.024.059)	(2.867.830)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	301.914	557.179	415.962
Rendas de Tarifas Bancárias	49.189	138.089	102.140
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(5.289.438)	(10.110.244)	(9.029.185)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(1.996.308)	(3.973.690)	(3.844.407)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(46.004)	(88.888)	(69.172)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	8.406.554	13.809.945	10.117.543
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(906.573)	(1.356.450)	(560.711)
RESULTADO OPERACIONAL	1.171.510	2.827.924	5.687.873
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2.942	2.942	10.601
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	1.174.452	2.830.866	5.698.474
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(65.398)	(71.746)	(4.010)
REVERSÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO	11.749	23.499	53.416
ATOS NÃO COOPERATIVOS DESTINADOS AO FATES	7.122	7.122	(2.856)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	1.127.925	2.789.741	5.745.024
F A T E S		(522.545)	(1.024.730)
Reserva Legal		(174.182)	(341.577)
RESULTADO ANTES PROVISÃO JUROS AO CAPITAL	1.127.925	2.093.014	4.378.717
JUROS AO CAPITAL	(362.534)	(1.047.924)	(2.329.258)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	765.391	1.045.090	2.049.459

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2011	33.267.381		871.384	2.172.122	1.038.637	37.349.524
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Ao FATES					(200.000)	(200.000)
Em Conta Corrente do Associado					(838.637)	(838.637)
Movimentação de Capital						
Por Subscrição/Realização	4.244.809	(7.742)				4.237.067
Por Devolução (-)	(867.553)					(867.553)
Reversões de reservas			(53.416)	965	53.416	965
Sobras ou Perdas Líquidas					5.694.463	5.694.463
Provisão de Juros ao Capital					(2.329.258)	(2.329.258)
Subscrição do Juros ao Capital	2.326.718					2.326.718
IRRF sobre Juros ao Capital	(346.803)					(346.803)
FATES - Atos Não Cooperativos					(2.856)	(2.856)
Destinação das Sobras ou Perdas:						
Fundo de Reserva				341.577	(341.577)	-
. F A T E S					(1.024.730)	(1.024.730)
Saldos em 31/12/2012	38.624.552	(7.742)	817.968	2.514.664	2.049.459	43.998.901
Mutações do Período						
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Reservas de Lucro				17.206	(15.608)	1.598
Em Conta Corrente do Associado					(1.450.195)	(1.450.195)
Ao Capital					(452.304)	(452.304)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados					(131.352)	(131.352)
Movimentação de Capital						
Por Subscrição/Realização	4.589.149	(62.659)				4.526.490
Por Devolução (-)	(1.741.964)					(1.741.964)
Estorno de Capital						-
Reversões de reservas			(23.499)		23.499	-
Sobras ou Perdas Líquidas						-
Provisão de Juros ao Capital					1.711.196	1.711.196
Subscrição do Juros ao Capital	1.030.370					1.030.370
IRRF sobre Juros ao Capital	(154.542)					(154.542)
FATES - Atos Não Cooperativos					7.122	7.122
Destinação das Sobras ou Perdas:						
Fundo de Reserva				174.182	(174.182)	-
. F A T E S					(522.545)	(522.545)
Saldos em 31/12/2013	42.347.565	(70.401)	794.469	2.706.052	1.045.090	46.822.775

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais

	2º SEMESTRE DE 2013	31/12/2013	31/12/2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.072.758	1.737.222	3.594.396
Sobras/Perdas do Exercício	1.174.452	2.830.866	5.698.473
IRPJ / CSLL	(65.398)	(71.746)	(4.010)
Provisão para Operações de Crédito	176.975	(267.959)	(71.870)
Provisão de Juros ao Capital	(362.534)	(1.047.923)	(2.329.258)
Depreciações e Amortizações	149.263	293.984	301.061
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS	16.590.023	32.481.140	16.771.703
Operações de Crédito	(2.274.614)	(2.829.314)	(6.222.928)
Outros Créditos	53.858	157.896	517.588
Outros Valores e Bens	73.485	6.331	613
Depósitos a Vista	3.176.371	2.434.420	401.693
Depósitos sob Aviso	(3.554.138)	(5.882.284)	(5.830.683)
Depósitos a Prazo	18.736.144	37.973.226	26.852.324
Outras Obrigações	378.917	620.865	1.053.097
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	17.662.781	34.218.362	20.366.099
Aplicação no Intangível			(12.338)
Aplicação no Diferido	(39.923)	(39.923)	
Inversões em Imobilizado de Uso	(33.539)	(94.601)	(794.334)
Inversões em Investimentos			(4.203.977)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	(73.462)	(134.524)	(5.010.649)
Aumento por novos aportes de Capital	1.940.950	4.526.490	4.237.067
Devolução de Capital à Cooperados	(815.750)	(1.741.965)	(867.553)
Destinação de Sobras Exercício Anterior -Reserva de Lucros		(15.608)	
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Paga		(583.656)	
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		(1.450.195)	(838.637)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES			(200.000)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	7.122	7.122	(2.856)
FATES Sobras Exercício	(522.545)	(522.545)	(1.024.730)
Subscrição do Juros ao Capital	1.030.370	1.030.370	2.326.718
IRRF sobre Juros ao Capital	(154.542)	(154.542)	(346.803)
Amortização Rateio/Perdas	1.598	17.206	965
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	1.487.203	1.112.677	3.284.172
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	19.076.522	35.196.515	18.639.622
No início do período	170.813.281	154.693.288	136.053.667
No fim do período	189.889.803	189.889.803	154.693.288

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETOBRAS LTDA. – SICOOB CECREMEF

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em R\$)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. – SICOOB Cecremef, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 17/03/1961, filiada à Cooperativa Central Rio de Janeiro – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

O SICOOB CECREMEF possui Postos de Atendimento (PA) nas seguintes localidades: Rio de Janeiro – Centro e Botafogo; Angra dos Reis – Itaórna; Paraty – Mambucaba

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações da Lei Complementar 130/2009 bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pela Diretoria Executiva, em sua reunião datada de 12/03/2014.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) – Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 3.973/2011; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009. Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 12 de março de 2014.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

(Valores expressos em reais – R\$)

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e depósitos bancários	239.051	327.687
Relações interfinanceiras – centralização financeira	189.650.752	154.365.601
Total	189.889.803	154.693.288

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/1999 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL RIO, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/2008, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Os saldos existentes em setembro de 2008 são mantidos até a sua efetiva realização.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2013 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2013.

NOTA 04 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO, conforme determinado no art. 37, da Resolução CMN nº 3.859/2010.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível/Percentual de Risco/Situação			Empréstimos /Tits. Descont.*	Financiamento	Total em 31/12/2013	Total da Provisão em 31/12/2013	Total em 31/12/2012	Total da Provisão em 31/12/2012
AA		Normal	2.624	-	2.624	-		-
A	0,5%	Normal	58.771.479	7.735.342	66.506.821	332.534	64.485.112	322.426
B	1%	Normal	17.914.657	624.095	18.538.752	185.388	17.539.330	175.393
B	1%	Vencidas	44.061	89.389	133.450	1.335	215.626	2.156
C	3%	Normal	2.877.833	342.790	3.220.623	96.619	3.314.143	99.425
C	3%	Vencidas	822.176	72.844	895.020	26.851	817.269	24.518
D	10%	Normal	204.654	24.635	229.290	22.929	165.529	16.553
D	10%	Vencidas	230.331	12.297	242.628	24.263	126.326	12.633
E	30%	Normal	79.079	-	79.079	23.724	45.040	13.512
E	30%	Vencidas	162.575	-	162.575	48.772	141.355	42.406
F	50%	Normal	34.854	-	34.854	17.427	15.056	7.528
F	50%	Vencidas	61.016	-	61.016	30.508	70.053	35.027
G	70%	Normal	14.248	-	14.248	9.974	26.010	18.207
G	70%	Vencidas	27.537	-	27.537	19.276	68.601	48.021
H	100%	Normal	137.112	-	137.112	137.112	1.232	1.232
H	100%	Vencidas	221.492	32.991	254.482	254.482	144.197	144.197
Total Normal			80.036.541	8.726.862	88.763.403	-	85.591.452	654.276
Total Vencido			1.569.188	207.520	1.776.708	-	1.583.426	308.957
Total Geral			81.605.728	8.934.383	90.540.111	1.231.192	87.174.878	963.233
Provisões (-)			(1.136.228)	(94.964)	(1.231.192)	(1.231.192)	(963.233)	
Total Líquido			80.469.501	8.839.418	89.308.919		86.211.646	

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

(Valores expressos em reais – R\$)

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total em 31/12/2013
Empréstimos	10.827.180	15.799.659	52.814.101	79.440.941
Títulos Descontados	88.464	56.079	-	144.543
Financiamentos	699.770	1.890.986	6.343.627	8.934.383
Total	11.615.414	17.746.724	59.157.728	88.519.866

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

(Valores expressos em reais – R\$)

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	963.233	891.363
Constituições/Reversões no período	267.960	71.870
Total	1.231.192	963.233

d) Concentração dos Principais Devedores:

(Valores expressos em reais – R\$)

Descrição	31/12/2013	% Carteira Total	31/12/2012	% Carteira Total
Maior Devedor	207.365	0,23%	190.618	0,22%
10 maiores devedores	1.530.471	1,69%	1.384.776	1,59%
50 maiores devedores	5.477.688	6,05%	5.008.138	5,74%

e) Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociados e Recuperados em conformidade com a Resolução nº 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações estão assim compostos:

(Valores expressos em reais – R\$)

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	1.977.354	1.950.701
Valor das operações transferidas no período	531.134	417.929
Valor das operações recuperadas no período	(373.389)	(391.276)
Total	2.135.099	1.977.354

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: rendas a receber da previdência social – INSS (R\$ 2.468) e outras (R\$ 2.757);

(b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos recursais do processo da Previdência (R\$ 96.608), do qual obtivemos êxito no recurso, e um Depósito FGTS Judicial de processo Trabalhista (R\$ 1.954);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas (R\$ 216);

Outros Créditos	31/12/2013			31/12/2012
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Rendas a Receber (a)	5.225	-	5.225	4.696
Devedores por Depósito e Garantia (b)	98.562	-	98.562	98.562
Títulos e Créditos a Receber (c)	216	-	216	1.020
Devedores Diversos (d)	521.889	-	521.889	679.510
Total	625.891	-	625.891	783.787

(Valores expressos em reais – R\$)

(d) Em devedores Diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Devedores Diversos	31/12/2013			31/12/2012
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta*	450.208	-	450.208	636.035
Impostos e contribuições a compensar	3.109	-	3.109	3.101
Devedores diversos - País **	68.572	-	68.572	40.374
Total	521.889	-	521.889	679.510

(Valores expressos em reais – R\$)

* Em "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" refere-se a verba de Natal aos Representantes das Áreas Regionais (R\$ 14.150), Confraternização dos Associados das Áreas Central/Angra/Santa Cruz (R\$ 307.508), as diversas Excursões a receber dos Associados (R\$ 115.588), e diversos adiantamentos para despesas (R\$ 12.962).

** A conta Devedores Diversos - País está assim composta:

Devedores Diversos - País	31/12/2013	31/12/2012
Pendências a regularizar	655	9.206
Seguros Prestamistas	3.738	1.060
Plano de Saúde a Receber de associados	45.083	28.886
Outros devedores (cobrança)	5.548	-
Pendência - Cartão	13.547	1.222
Total	68.572	40.374

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

Em Outros, estão registrados os valores de: Despesas Antecipadas (R\$ 10.919); Vale Transporte (R\$ 10.727); e assinaturas de periódicos (R\$ 192).

Despesas Antecipadas	31/12/2013			31/12/2012
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Prêmios de seguros	17.582	-	17.582	17.720
Outros	10.919	-	10.919	8.615
Total	28.501	-	28.501	26.335

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 08 – PERMANENTE

a) Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL RIO, conforme demonstrado na tabela ao lado.

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2013	31/12/2012
SICOOB CENTRAL RIO	4.537.310	4.537.310

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo.

Imobilizado de Uso	31/12/2013			31/12/2012	Taxas anuais de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Total Líquido	Total Líquido	
Terrenos	282.000	-	282.000	282.000	-
Edificações	531.458	-	531.458	531.458	4%
Edificações - Reavaliações	657.992	(170.996)	486.996	523.780	2,5%
Instalações	375.885	(101.035)	274.850	309.173	10%
Móveis e equipamentos de uso	481.028	(294.539)	186.488	196.611	10%
Sistema de comunicação	9.429	(3.092)	6.337	7.280	10%
Sistema de processamento de dados	646.556	(414.247)	232.308	248.836	20%
Sistema de segurança	40.689	(28.394)	12.295	16.603	10%
Total	3.025.036	(1.012.303)	2.012.733	2.115.742	-

(Valores expressos em reais – R\$)

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

c) Diferido

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente.

Diferido	31/12/2013	31/12/2012		Taxas anuais de amortização %
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total Líquido	
Benfeitorias	485.481	(409.797)	75.684	10%

(Valores expressos em reais – R\$)

d) Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Intangível	31/12/2013			31/12/2012
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total Líquido	Total Líquido
Outros ativos intangíveis	704.138	(590.772)	113.366	129.378

(Valores expressos em reais – R\$)

O valor registrado na rubrica "Outros Ativos Intangíveis", refere-se aos direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da cooperativa, como as licenças de uso softwares e Direitos de Uso.

NOTA 09 – DEPÓSITOS

a) Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Descrição	31/12/2013	% Carteira Total	31/12/2012	% Carteira Total
Maior Aplicador	12.721.095	5,65%	11.398.235	5,96%
10 maiores aplicadores	31.019.720	13,77%	28.180.033	14,73%
50 maiores aplicadores	68.516.849	30,42%	63.063.687	32,97%

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Composição das operações segregadas por tipo de depósito e clientes.

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do SICOOB - FGS, o qual é um Fundo constituído pelas Cooperativas do Sistema SICOOB regido por regulamento próprio.

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Pessoa Física	219.747.171	185.411.083
Depósito à Vista	8.003.011	5.939.210
Depósito Sob Aviso	35.882.488	41.629.496
Depósito à Prazo	175.861.672	137.842.377
Pessoa Jurídica	13.504.931	13.315.657
Depósito à Vista	413.918	43.299
Depósito Sob Aviso	9.674.957	9.810.233
Depósito à Prazo	3.416.056	3.462.125
Total	233.252.102	198.726.740

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	562.766	1.034.821
Cotas de capital a pagar (b)	883.846	424.249
Total	1.446.612	1.459.070

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 30% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) As Cotas de Capital a pagar aos associados demitidos, incluídos os juros ao capital.

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Outras Obrigações - diversas	31/12/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cheques administrativos (a)	140.000	-	140.000	120.000
Despesas de Pessoal	828.938	-	828.938	520.827
Outras Despesas Administrativas (b)	95.259	-	95.259	66.797
Cheques Descontados (c)	13.605	-	13.605	1.032
Credores diversos - país (d)	1.878.554	-	1.878.554	1.479.516
Total	2.956.356	-	2.956.356	2.188.172

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2013.

(b) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com aluguéis (R\$ 3.848), processamento de dados (R\$ 1.148), transporte (R\$ 3.367), assessoria técnica (R\$ 12.332), comunicações (R\$ 6.034), manutenção (R\$ 885), seguro (R\$ 59.268) e outras (R\$ 8.377).

(c) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2013.

(d) A conta Credores Diversos - País está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2013	31/12/2012
Sobras de caixa	953	770
Pendências a regularizar	1.410.931	1.121.948
Outros Credores	405.696	252.992
Contas a pagar - demais fornecedores	60.974	103.806
Total	1.878.554	1.479.516

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS - PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	Probabilidade de Perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2013	Valor Depósitos Judiciais em 31/12/2013	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2012	Valor Depósitos Judiciais em 31/12/2012
PIS	Provável	212.475	-	196.330	-
COFINS	Possível	1.250.237	-	1.155.231	-
Trabalhistas	Provável	40.000	-	40.000	-
Outras Contingências (a)	Remota	96.028	-	182.017	-
Total		1.598.740	-	1.573.578	-

(Valores expressos em reais – R\$)

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004.

Outras Contingências refere-se às provisões das perdas possíveis e prováveis, informada pelo jurídico (CPC-025).

NOTA 13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB CECREMEF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O Capital Social e número de associados estão assim compostos:

	31/12/2013	31/12/2012		31/12/2013	31/12/2012
Capital Social	42.347.565	38.624.552	Total de associados	9.637	9.780

(Valores expressos em reais – R\$)

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

(c) Reserva de Reavaliação

A Reserva de Reavaliação foi realizada conforme laudo da empresa Setape Engenharia de avaliação do imóvel de uso próprio do SICOOB CECREMEF realizada e aprovada em AGE em 29 de outubro de 2007, constituiu-se a Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 939.991,91, sendo para o Terreno R\$ 282.000 e a Edificação R\$ 657.992.

(d) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(e) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Sobras /lucro líquido do exercício	1.711.198	3.365.205
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	7.122	(2.856)
Realização da Reserva de Reavaliação	23.499	53.416
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações.	1.741.818	3.415.765
Destinações estatutárias	(696.728)	(1.366.306)
Reserva legal - 10%	(174.183)	(341.577)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - 30%	(522.546)	(1.024.730)
Sobras ou Perdas à disposição da Assembleia Geral	1.045.090	2.049.459

(Valores expressos em reais – R\$)

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

NOTA 15 – RESULTADOS DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Receita de prestação de serviços	560.210	257.358
Despesas específicas de atos não cooperativos	(25.925)	(10.184)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(530.239)	(240.307)
Resultado operacional	4.046	6.866
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(11.168)	4.010
Resultado de atos não cooperativos (Lucro/Prejuízo Líquido)	(7.122)	2.856

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 16 – PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa vem provisionando juros ao capital, com a expectativa de que ao final do exercício, remunere o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

NOTA 17 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Resultado não operacional		
Ganhos de Capital	3.142	10.601
Perdas de Capital	(200)	-
Total do Resultado Líquido	2.942	10.601
Total Resultado Não Operacional	2.942	10.601

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são avais.

Saldo das operações ativas e passivas no exercício de 2013:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012	% em relação à carteira total
Saldo das operações ativas	247.716	94.878	0,27%
Saldo das operações passivas	1.502.492	439.980	0,67%

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Detalhamento das Operações Ativas:

Natureza da Operação de Crédito - Transações com partes relacionadas	Valor Operação de Crédito	PCLD (Provisão para crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação Crédito em relação à carteira total
Cheque	-	-	0,00%
Conta Garantida	2.499	12	0,13%
Empréstimo / Financiamento	245.217	1.226	0,28%
Título Descontado	-	-	%

(b) Detalhamento das Operações Passivas:*(Valores expressos em reais – R\$)*

Natureza da Aplicação Financeira - Transações com partes relacionadas	Valor da Aplicação Financeira	% da Aplicação financeira em relação à carteira total	Taxa média %
Depósitos a vista	51.691	0,60%	0,00%
Depósitos a prazo	1.450.801	3,48%	0,78%

*(Valores expressos em reais – R\$)***(c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de:**

depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas - Transações com partes relacionadas	Taxas aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxas aplicadas pela Diretoria Executiva
Conta Corrente (adiantamento a depositantes, cheque especial e Conta Garantida)	2,65% a 3,35%	2,65% a 3,35%
Empréstimo / Financiamento	1,20% a 2,50%	1,20% a 2,50%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	1,64% a 1,77%	1,64% a 1,77%
Aplicação Financeira - RDC	95% a 105% do CDI	95% a 105% do CDI

(d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são avais.

GARANTIAS PRESTADAS DE PARTES RELACIONADAS EXERCÍCIO 2013	
Natureza da Operação de Crédito	Total das Garantias
Empréstimos e Financiamentos	205.033

*(Valores expressos em reais – R\$)***(e) No exercício de 2013, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:**

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS DE PARTES RELACIONADAS EXERCÍCIO 2013	
Descrição	Total dos Benefícios
Honorários	969.009

NOTA 19 – COOPERATIVA CENTRAL

O SICOOB CECREMEF, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiado à Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro Ltda. - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CECREMEF responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL RIO, em 31 de dezembro de 2013, são auditadas por auditores independentes, cuja auditoria encontra-se em fase de conclusão.

NOTA 20 – SEGUROS CONTRATADOS

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2013, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Seguro Patrimonial	2.324.000	1.974.000
Seguro de Valores	310.000	200.000

NOTA 21 – ÍNDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência - PR da cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$ 24.815.981 em 30 de setembro de 2013. O Banco Central do Brasil concedeu prazo para parametrização do sistema e geração dos arquivos para preenchimento do DLO das cooperativas, visto que a partir de outubro/13 entra em vigor novo critério de cálculo.

NOTA 22 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CECREMEF, dos processos judiciais em que figura como polo passivo, foram classificados como perdas possíveis 12 (doze) processos, totalizando R\$ 389.708,38.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**23.1 – GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL**

a) O gerenciamento do risco operacional do SICOOB CECREMEF objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/06.

- b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, o SICOOB CECREMEF aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob Consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.
- d) O uso da lista de verificação de conformidade (LVC) tem por objetividade identificar situações de risco de não conformidade, que depois de identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos de Riscos Operacionais (SCIR).
- e) As informações cadastradas no sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR) são mantidas em banco de dados fornecidos pelo Sicoob Confederação.
- f) A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva entidade auditora da cooperativa central.
- g) Para situações de risco identificadas são estabelecidas planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de Controles Internos e Riscos (ACIR).
- h) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, a COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRAS LTDA. possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

23.2 – GERENCIAMENTO DE RISCO DE MERCADO

- a) O gerenciamento do risco de mercado da SICOOB CECREMEF objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/07.
- b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a SICOOB CECREMEF aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRAS LTDA. possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

23.3 – GERENCIAMENTO DE RISCO DE CRÉDITO

- a) O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB CECREMEF objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/09, a SICOOB CECREMEF aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRAS LTDA. possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

23.4 – GERENCIAMENTO DE RISCO DE CAPITAL

- a) A estrutura de gerenciamento de capital da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRAS LTDA. objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.
- b) Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.988/2011, a COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRAS LTDA. aderiu a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
- I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
 - II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.
 - III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Rio de Janeiro – RJ, 12 de março de 2014.

Francisco Carlos Bezerra da Silva
Diretor Presidente
CPF: 427.356.377-00

José Nivaldo Góes
Diretor Financeiro
CPF: 244.323.507-68

Marcos Machado de Almeida
Diretor Administrativo
CPF: 985.240.897-68

Rosângela Maria Blanco da Silva
Contadora
CRC: 38551/O-6
CPF: 347.899.107-25

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho de Administração, Administração e Cooperados da

Cooperativa Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. - SICOOB Cecemef

Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. - SICOOB CECREMEF, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. - SICOOB CECREMEF é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. - SICOOB CECREMEF em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



São Paulo (SP), 12 de março de 2014.

Rui de Assis Vasconcelos

Contador - CRC - MG 75.505/O-3 "S" RJ

CNAI 1915

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda., após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações contábeis, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados, e, à vista do parecer da auditoria externa sem ressalvas da CNAC Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa em 12/03/2014, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Cooperativa no período.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2014.

Ana Paula dos Santos Pereira, José Carlos Daniel Cruz, Mario Joaquim Corgo Ferreira, Mario Pasquale Bellafronte, Oswaldo Farelli Ferreira e Selma Cristina Santiago Baptista.

MOVIMENTAÇÃO DO FATES
CECM DOS EMPREG. DE FURNAS E DAS DEMAIS EMP.DO SISTEMA ELETOBRAS LTDA

Em Reais

DESCRIÇÃO	2013	DESCRIÇÃO	2013
(=) SALDO ACUMULADO 2012	1.034.821	ASSISTÊNCIA - ASSOCIADOS	1.326.120
		Despesas Sociais	4.573
		Auxílio Social	24.603
		Bazar de Natal	5.208
		Programa Odontológico	81.407
		Projeto Qualidade de Vida	38.890
		Cursos Sociais	122.928
(+) Recebimentos	1.228.441	Curso Represent. Áreas Regionais	192.499
Contribuição Auxílio Social	16.753	Passeios e Eventos	749.849
Dos Resultados	522.545	Convênio Colônia de Férias	1.050
Programa Odontológico	257.147	Brindes Diversos	105.113
Outras Contribuições	6.187		
Reembolsos de Pessoal	8.294	ASSISTÊNCIA - EMPREGADO	186.119
Passeios e Festas	424.638	Programa Odontológico	37.648
Resultado Atos n/Cooperativos	-7.122	Cesta de Natal	22.124
		Confraternizações - Funcionários	24.676
		Apoio Psicológico/Aux Funeral	2.356
		Desenvolvimento de Equipe	99.314
(-) Pagamento - Aplicações	1.700.496	DESPESA - REPRESENTAÇÃO	188.257
Assistência - Associado	1.326.120	Comunicação - Divulgação	159.307
Assistência - Empregado	186.119	Eventuais	28.950
Despesa - Representação	188.257		
(=) SALDO FINAL	562.767	TOTAL DAS APLICAÇÕES	1.700.496